

Sarney diz que instalará CPI do setor financeiro

Embora tenha se solidarizado com o colega Antônio Carlos Magalhães na conturbada intervenção do Banco Econômico, o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), assegurou ontem que instalará a CPI do sistema financeiro e do BC assim que o pedido chegar à Mesa da Casa e os líderes partidários indicarem seus representantes.



O autor do requerimento da CPI, deputado Milton Temer (PT-RJ), já tem o número de assinaturas necessário à abertura da Comissão. Mas como prevê dificuldades políticas para sua instalação, ele quer ter mais assinaturas que o mínimo de 171 deputados e 27 senadores exigido pelo regimento.

"Tenho a obrigação regimental de instalar logo que o pedido chegar à Mesa e os líderes indiquem seus representantes. Cumpriremos o regimento. Se os parlamentares assinaram, é porque acham que essa sindicância deve ser feita", disse o presidente do Senado.

Pressão — Segundo Milton Temer, deputados que assinaram o requerimento estão sendo pressionados a retirar suas assinaturas. Ele apontou o líder do PPR, Francisco Dornelles (RJ) como um dos que estão orientando seu partido a não apoiar a CPI.

Deputados do PPR como Ibrahim Abi-Ackel (MG) e Jair Bolsonaro (RJ) já assinaram. De acordo com Temer, o deputado Gerson Peres (PA) disse que não assinaria o requerimento para seguir Dornelles.

Não assinaram o requerimento nem deputados do PFL baiano nem pernambucano.

"Nem o líder do PFL, Inocêncio Oliveira (PE), está assinando, não por causa da base do governo, mas porque sustenta o sistema financeiro privado", criticou Temer.

Juros — O senador José Sarney atribuiu a crise do Banco Econômico aos altos juros cobrados no País. Segundo ele, os juros estão em níveis astronômicos e levam à inadimplência geral, das pequenas empresas ao sistema bancário.

A decisão do governo de baixar o compulsório dos bancos, para Sarney, foi tomada já como consequência do problema do Banco Econômico.

"Devemos meditar sobre os altos juros. Com esses juros astronômicos teremos abalos de uma natureza ou de outra. O governo deve pensar assim, porque diminuiu o compulsório", afirmou o senador.

Glauco Dettmar



Sarney: solidário de ACM desde o início da crise, o presidente do Senado diz que regimento o obriga a instalar CPI

Fogaça defende autonomia para o BC

Glauco Dettmar



Fogaça: políticos são os responsáveis pela desmoralização do BC

Ismar Cardona
Da equipe do Correio

"O Banco Central tem que estar a salvo dos banqueiros e dos políticos", afirmou ontem o senador José Fogaça (PMDB/RS), ao defender a necessidade de dar independência e autonomia do BC.

"Pior do que o poder dos banqueiros sobre o Banco Central é o poder dos políticos. Quem puxa para baixo a moeda, quem descontrola, quem manda e desmoraliza o BC são os políticos", garantiu o senador.

Ele propôs que fossem desengavetados o projeto de autoria do ex-deputado César Maia que serviu de base para o projeto do deputado Francisco Dornelles (PPR-RJ).

O projeto, que torna o Banco Central autônomo, foi apresentado em 1990.

Ao comentar a repercussão da crise do Banco Econômico, o senador lamentou que tanto a im-

prensa quanto os políticos tenham se contaminado "pelo efeito do imaginário coletivo".

Segundo ele, o imaginário se sobrepôs ao mundo real. "Imaginou-se que o senhor Antônio Carlos Magalhães mandaria no presidente da República, que seria uma marionete manipulado pelo senador baiano".

Para Fogaça, as pessoas que cobraram do presidente Fernando Henrique uma reação no mesmo estilo de ACM não o conhecem: "Ele não é de fazer cena, nem de gritar ou fazer bravata".

O projeto de autoria do deputado Francisco Dornelles (PPR/RJ) tomou por base projeto do então deputado Cesar Maia determina que o presidente e os diretores do Banco Central sejam nomeados pelo presidente da República, após sua aprovação pelo Senado.

Os diretores teriam mandato de seis anos, podendo ser reconduzidos para um novo período.

SOLIDARIEDADE

Senador lembra Meridional e apóia ACM

Em seu discurso, o senador José Fogaça saiu em auxílio do senador Antônio Carlos Magalhães.

"Ninguém pode jogar pedras no senador Antônio Carlos pela defesa que fez do Banco Econômico, muito menos eu. Fizemos exatamente o que ele fez, depois que o Banco Sulbrasileiro foi liquidado pelo ministro do Planejamento Delfim Netto e pressionamos o governo federal

para assumir o Meridional".

Fogaça, entretanto, fez uma ressalva: naquela época (1985) o País era outro. Valeu tudo na mobilização dos parlamentares gaúchos no governo e no Congresso.

Alguns deputados, como o próprio Fogaça e Ibsen Pinheiro, chegaram a praticamente acampar no gabinete do então ministro da Fazenda Francisco Dornelles.

No melhor estilo de ACM, bateram na mesa, gritaram e chegaram a ameaçar Dornelles de não sair dali, enquanto ele não desse o seu apoio à causa do Meridional.

Guerrilha — No dia da votação no Congresso, os gaúchos montaram uma autêntica operação de guerrilha para aprovar a proposta. O senador Itamar Franco foi mantido em seu gabinete por parlamentares que o

enrolaram de tudo que foi jeito para que não fosse ao plenário.

No final, os gaúchos venceram. Por votação simbólica, o governo federal assumia o controle do Meridional.

Hoje, entretanto, Fogaça acha que não existe a menor possibilidade de a novela do Econômico ter o mesmo desfecho do Meridional. "Se ACM conseguisse isso, no dia seguinte o Plano Real estaria liquidado".